

O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO NA PRODUÇÃO ACADÊMICO- CIENTÍFICA BRASILEIRA: A RETOMADA DO CONHECIMENTO

*THE POLITICAL-PEDAGOGICAL PROJECT
IN THE BRAZILIAN ACADEMIC-SCIENTIFIC
PRODUCTION: THE RESUMING OF KNOWLEDGE*

Maria Josefa de Souza Távora
Universidade do Estado do Pará (UEPA)

RESUMO

O presente trabalho consistiu na elaboração do estado da arte, ou seja, na análise da produção acadêmico-científica brasileira sobre Projeto Político-Pedagógico, tendo como principal objetivo investigar qual tem sido a abordagem sobre Projeto Político-Pedagógico predominante. Foi identificada a presença das seguintes abordagens: Gestão Democrática, Currículo e Autonomia. Após levantamento das publicações que compõem o *corpus* (teses, dissertações, livros, artigos e trabalhos apresentados em eventos), foram estabelecidas as categorias de análise (incluindo as abordagens), a partir das quais cada texto foi analisado. Isso levou à formulação do primeiro questionamento fundamental: Qual tem sido a abordagem sobre Projeto Político-Pedagógico predominante na produção científica brasileira? Considerou-se Projeto Político-Pedagógico como ação intencional com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente, instaurador de uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, que permeiam as relações no interior da escola. Evidentemente, esse conceito foi assim delimitado para fins de critério de seleção do material bibliográfico que integrou o Estado da Arte sobre Projeto Político-Pedagógico, ou seja, que deveria compor o *corpus*. No que concerne ao período abrangido pela pesquisa, a partir da década de 1990, justifica-se pelo fato de se ter constatado que o seu início é marco significativo da efusão de publicações acadêmicas e científicas sobre o tema Projeto Político-Pedagógico.

Palavras-chave: Projeto Político-Pedagógico. Projeto Pedagógico. Proposta Pedagógica. Proposta Educacional. Plano Diretor.

ABSTRACT

The present work consisted of the elaboration of the state of the art, that is, the analysis of the Brazilian academic-scientific production on Political-Pedagogical Project, having as main objective the investigation of which has been the predominant approach to Political-Pedagogical Project. It was identified the presence of the following approaches: Democratic Management, Curriculum, and Autonomy. After a survey of the publications that compose the corpus (theses, dissertations, books, articles and works presented in events), the categories of analysis, from which every text was analyzed, were established (including the approaches). This led to the formulation of the first basic question: Which has been the predominant approach on Political-Pedagogical Project in the Brazilian scientific production? Political-Pedagogical Project was considered as an intentional action with an explicit sense, with a collectively defined commitment, which establishes a form of organization of the pedagogical work that surpasses the conflicts, aiming to eliminate the competitive, corporative and authoritarian relations the permeate the relations within the school. Evidently, this concept was thus delimited for the purpose of selecting the bibliographical material that integrated the state of the art on Political-Pedagogical Project, i.e., that which should compose the corpus. Concerning the period covered by the research, which starts from the decade of 1990, it finds its justification on the fact that it is a significant landmark of the effusion of academic and scientific publications on the Political-Pedagogical Project theme.

Keywords: Political-Pedagogical Project. Educational Pedagogical Project. Pedagogical Proposal. Educational Proposal. Managing Plan.

Introdução

Ao procurar um pouco a ideia de Projeto, encontrou-se, pela primeira vez, ainda na década de 1980, através dos programas grupais que eram desenvolvidos pela Secretaria de Educação Superior (SESU) juntamente com as universidades, a colocação do termo *projeto pedagógico*.

Estimulada pelo Programa de Apoio e Desenvolvimento do Ensino Superior (PADES), da SESU, a ideia de Projeto Pedagógico começou a ser discutida nas Instituições de Ensino Superior, numa abordagem vinculada à noção de reestruturação da universidade e de revitalização do ensino de graduação. A expressão *Projeto Pedagógico* e seu sentido no contexto do PADES significava a organização interna da instituição na busca de sua identidade, especialmente em relação ao ensino de graduação, à definição de uma política de ensino explícita, clara e global e que envolvesse todos os segmentos da comunidade acadêmica, considerada “como o caminho mais adequado para uma intervenção eficiente na qualidade de ensino” (HORTA, 1993, p. 6).

Segundo Silva (1997, p. 15), a referência ao Projeto Pedagógico surge pela primeira vez na Resenha n. 03 do PADES, em dezembro de 1983: “a existência da equipe local do PADES assume relevância na medida em que estiver vinculada aos interesses do Projeto Pedagógico da IES”.

Essa expressão teve inspiração em trabalho realizado em 1981, na Pontifícia Universidade Católica de Campinas, sob a coordenação dos professores Newton César Balzan, Moacir Gaddoti, Corinta Maria Grisólia Geraldi e Bernadete Angelina Gatti. O trabalho objetivava a definição da identidade institucional através da discussão e da implementação de um Projeto Pedagógico orientador de suas ações de ensino, pesquisa e extensão, de infraestrutura acadêmica, administrativa e pedagógica.

Em 1989, a professora Alzira Leite Carvalhais Camargo publicou sua Dissertação de Mestrado intitulada “O processo de reestruturação da PUCCAMP – contribuição ao projeto pedagógico (1981-1984)”, na qual sistematizou e relatou o processo de reestruturação da PUCCAMP, bem como os caminhos percorridos em sua dinâmica de construção.

A compreensão do conceito de Projeto Pedagógico, sua construção como um processo e como referência a uma proposta de trabalho mais

ampla para o ensino da graduação foram pontos fundamentais na ação do PADES, de 1982 a 1989, interrompido no governo Collor, em 1990.

Na década de 1990, encontrou-se o discurso colocado novamente pelo próprio Ministério da Educação no Programa de Educação para Todos. Como se percebe, o Projeto Político-Pedagógico tem sido alvo de estudos para professores, pesquisadores e instituições educacionais em nível nacional, estadual e municipal, em busca da melhoria da qualidade do ensino.

Ainda na década de 1990, a professora Ilma Passos Alencastro Veiga esteve em Londrina no Colégio de Aplicação, a convite da Universidade para discutir a questão do Projeto Político-Pedagógico da Escola Cidadã, que era um programa desenvolvido pela Secretaria de Educação do Estado do Paraná.

Nessa trajetória dos principais eventos em nosso país, é possível perceber que se tratou frequente e intensivamente do termo Projeto Pedagógico, com a dispersão semântica com que vem sendo utilizado, e até mesmo com a distorção com que é usado, desvirtuando o seu sentido.

O desejo de iniciar esta pesquisa surgiu de uma grande inquietação gerada pela prática escolar, enquanto professora da rede pública estadual e da rede privada desde 1975, lecionando ou desempenhando atividades como Orientadora Educacional, nos Ensinos Fundamental e Médio e no Ensino Superior.

Em função dessas e de outras experiências significativas, em tantos anos de magistério, somadas ao contato com diferentes teorias, como ponto de partida, fez-se o seguinte questionamento: Qual a questão dentro da área de pesquisa sobre Projeto Político-Pedagógico que, no momento, é prioritário que seja investigada, para que se faça avançar a produção científica sobre o assunto?

Relendo a maior parte das publicações brasileiras sobre essa temática, percebeu-se que se faz necessária uma *parada*, para a *retomada do conhecimento* construído pelos estudiosos e pesquisadores até o presente momento.

Reconheceu-se que isso poderia constituir-se num quadro demonstrativo da situação da produção desse conhecimento, que serviria então como ponto de partida para os pesquisadores no estabelecimento de novas diretrizes de pesquisa e, conseqüentemente, no estabelecimento de uma melhor solidez do corpo teórico da referida temática.

A leitura inicial das publicações científicas brasileiras sobre Projeto Político-Pedagógico suscitou muitas questões. Primeiramente, percebeu-se que posturas variadas estavam sendo adotadas pelos autores quanto à maneira de encarar o Projeto Político-Pedagógico, o que refletia diferentes concepções filosóficas, pedagógicas e metodológicas.

Então, logo de início, foi possível identificar algumas abordagens sobre Projeto Político-Pedagógico, a saber: Gestão Democrática, Currículo e Autonomia.

Isso levou à formulação do primeiro questionamento fundamental: Qual tem sido a abordagem sobre Projeto Político-Pedagógico predominante na produção científica brasileira?

Outros dados, lacunas ou problemas observados na primeira leitura da maioria das publicações apontaram para outras interrogações, tais como: Quais são as conceituações sobre Projeto Político-Pedagógico assumidas e quais terminologias adotadas? Quais as áreas científicas que mais têm se empenhado em contribuir para esta temática? Quais têm sido os tipos de Pesquisa/Estudo frequentemente mais desenvolvidos?

Todas as interrogações emergidas, bem como a identificação da ausência de um trabalho amplo e profundo que avalie a produção científica sobre a temática aqui tratada, apontaram para a necessidade e importância desta pesquisa.

Foi assim que se decidiu pela elaboração do Estado da Arte sobre Projeto Político-Pedagógico no Brasil.

Considerando a relevância da presente pesquisa, reconheceu-se que era imprescindível uma revisão crítica da produção do conhecimento sobre Projeto Político-Pedagógico que abrangesse as publicações científicas advindas de outras áreas que também tivessem contribuído para a compreensão desse conhecimento, como, por exemplo, Medicina, Enfermagem, Psicologia, etc.

Esta pesquisa compõe-se de quatro capítulos fundamentais. A *Introdução* explica o objetivo fundamental e esclarece o porquê de se trabalhar o Estado da Arte sobre Projeto Político-Pedagógico. O *Capítulo I*, intitulado *O Projeto Político-Pedagógico e a Construção da Identidade da Escola*, apresenta reflexões sobre a teoria e a prática da Educação e, conseqüentemente, da Escola, bem como as ambigüidades e expectativas em torno da produção científica sobre a temática em estudo. O *Capítulo II* apresenta a *Fundamen-*

tação Teórica de cada Abordagem sobre Projeto Político-Pedagógico, explicitando, de forma sucinta e, possivelmente satisfatória, a fundamentação filosófica e/ou pedagógica que define a estrutura básica de cada uma delas.

O *Capítulo III* corresponde ao *Procedimento*, onde estão delineados os *critérios de seleção do "corpus"* e *as categorias de análise*. Finalmente, o *Capítulo IV* refere-se aos *Resultados e Discussão*. Espera-se que os apontamentos feitos na Discussão, a partir dos resultados obtidos na elaboração deste estado da arte, possam contribuir para o avanço da produção científica sobre Projeto Político-Pedagógico e, assim, influir também no progresso da prática cotidiana dos educadores.

A presente pesquisa teve como objetivo a elaboração do Estado da Arte sobre Projeto Político-Pedagógico no Brasil, a partir da análise dos vários tipos de Pesquisa/Estudo sobre o assunto. Identificar qual tem sido a abordagem sobre Projeto Político-Pedagógico predominante dessa produção científica foi uma das propostas fundamentais. Para tanto, ficou decidido que fariam parte desse Estado da Arte os textos que falam e discutem sobre Projeto Político-Pedagógico – excluindo os textos, tais como guias e textos explicativos.

Considerou-se Projeto Político-Pedagógico como ação intencional com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente, instaurador de uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, que permeiam as relações no interior da escola.

Evidentemente, esse conceito foi assim delimitado para fins de critério de seleção do material bibliográfico que integrou o Estado da Arte sobre Projeto Político-Pedagógico, ou seja, que deveria compor o *corpus*.

No que concerne ao período abrangido pela pesquisa, para a elaboração do Estado da Arte a partir da década de 1990, esse se justifica pelo fato de se ter constatado que o seu início é marco significativo da efusão de publicações acadêmicas e científicas sobre o tema Projeto Político-Pedagógico.

Se se tomar como ponto de partida a história política e econômica do Brasil, ver-se-á que a escassez de publicações na década de 1970, tendo reflexos na década de 1980, justifica-se pelo período forte de repressão político-cultural por que passou a sociedade brasileira, sob a total dependência da ditadura militar.

Foi, na verdade, após o golpe de 1964, quando, então, assumiu a presidência o general Castelo Branco, que começou a se dar o abalo dos governos populistas, culminando em inúmeras lutas e confrontos na década de 1960 e que prosseguiram inclusive na década de 1970 (HABERT, 1992).

O autoritarismo e a repressão ao exercício da cidadania se fizeram sentir na perseguição aos movimentos populares e a todas as forças envolvidas na luta por reformas sociais.

Vários acontecimentos políticos, autoritários e repressivos desse período afetaram diretamente o ritmo das experiências na área de Educação.

A determinação oficial da censura de livros e jornais afetou não apenas a implantação de programas de Educação, como contribuiu para o não fluir das publicações científicas sobre o tema nessa década.

Analisando os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND) dos governos militares e os Planos Setoriais de Educação e Cultura (PSEC) – todos emergidos no período de 1972 a 1985 – com o objetivo de apreender a representação social da educação contida em cada política pública, Oliveira (1989) concluiu que, nesses programas de governos militares, encontram-se bastante estruturadas as representações da educação *redentora* e educação *empresarial*, em que, de forma geral, o desenvolvimento econômico é o ponto crucial.

Embora se saiba que os problemas econômicos, educacionais, sociais e políticos das décadas anteriores (1960 e 1970) não se eliminaram, apesar do fim da ditadura militar e da criação de novos planos, é significativo saber que o espaço para o exercício da cidadania está aberto, o que, ao mesmo tempo, representa uma condição favorável para o desenvolvimento de estudos e é um chamamento para o compromisso político de pesquisadores, educadores e estudiosos, bem como de toda a sociedade, para o envolvimento em movimentos sociais, experiências e pesquisas que contribuam para a transformação social.

Seleção do corpus

Foram selecionados, para fazer parte deste estudo, os seguintes materiais: livros, dissertações, teses, artigos e textos de trabalhos apresentados em eventos científicos. Todo o conjunto de publicações selecionadas e analisadas constitui-se no que se denomina de *corpus*.

Os levantamentos bibliográficos pautaram-se nos seguintes termos-chave: Projeto político-pedagógico, Projeto pedagógico, Proposta pedagógica, Proposta educacional, Plano diretor.

Muitos e variados foram os procedimentos utilizados na tentativa de identificação do maior número possível de textos. Citam-se as consultas a:

- a) *Referências bibliográficas* dos textos que falam sobre projeto político-pedagógico;
- b) *Fontes bibliográficas impressas*;
- c) *Acervo de Bibliotecas*:
 - busca direta ao acervo da biblioteca;
 - solicitação, por correspondência, de levantamento bibliográfico junto a universidades do país; instituições ligadas à pesquisa; editoras; outras instituições ou órgãos.

De um conjunto de correspondências enviadas pela Biblioteca Central da Universidade Estadual Paulista para 30 instituições universitárias do País, foram recebidas 17 respostas. Também de um conjunto de 13 correspondências enviadas para editoras, foram recebidas 7 respostas.

- d) *Catálogos de editoras*;
- e) *Livrarias*: da USP, Distribuidora Vozes, Cortez e livrarias da cidade de São Paulo;
- f) *Autores*: foram enviadas correspondências para vários autores com publicação sobre o tema em estudo, na tentativa de levantar todos os trabalhos publicados pelos mesmos.

Esforços foram empreendidos na tentativa de se obter exemplares completos dos textos, uma vez que alguns artigos, bem como resumos de trabalhos apresentados em eventos, eram sucintos demais.

Para a definição das categorias de análise, inicialmente, foram registrados os principais dados de identificação do texto: data, autor, título do texto, título da obra, conceito, nomenclatura utilizada, ideias principais.

Posteriormente, após as várias leituras, procurou-se classificar os textos segundo as categorias que compõem os instrumentos de análise.

Definição de categorias de análise

Utilizou-se algumas ideias do modelo de categorias usado por Figueiró (1995) em sua dis-

sertação de Mestrado, “Educação Sexual no Brasil: estado da Arte de 1980-1993”.

- **ÁREA:** área do conhecimento em que foi produzida a pesquisa/estudo. É identificada através do conteúdo do texto publicado.
- **TIPO DE PESQUISA/ESTUDO:** o texto pode ser classificado segundo o tipo de pesquisa/estudo (P/E) em:
 - a) Explicação teórica;
 - b) Análise histórica;
 - c) Análise avaliativa.
- **ABORDAGEM:** os textos analisados foram classificados como estando comprometidos com uma ou mais das seguintes abordagens do projeto político-pedagógico:
 - a) Gestão Democrática;
 - b) Currículo;
 - c) Autonomia.

Embora um mesmo texto possa apresentar alguns pontos pertinentes a mais de uma abordagem, ele foi classificado segundo a abordagem predominante.

- **NÍVEL DE ENSINO:** foi investigado se o autor analisou os textos, levando em consideração os níveis de ensino: Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior. Há autores que fazem referência a dois níveis de ensino num mesmo texto.
- **TERMINOLOGIA:** como o autor define projeto político-pedagógico? Qual a terminologia utilizada? Estabelece alguma relação e/ou diferença entre os termos?

Conversa com alguns autores

O propósito do presente trabalho é o de “conversar” com alguns autores e não o de fazer a clássica “revisão bibliográfica”, pois achou-se mais produtivo escolher alguns interlocutores que se inseriam nas abordagens de que se quer tratar neste estudo.

Ao proceder a seleção dos autores, levou-se em consideração alguns critérios:

- a) A vinculação dos mesmos a uma perspectiva crítica da educação e do ensino;
- b) Seu envolvimento com a temática do Projeto Político-Pedagógico e da organização do trabalho pedagógico;

- c) A participação destes como divulgadores de perspectivas com certo grau de estabilidade em livros e em eventos científicos;
- d) Serem autores nacionais.

Pelo fato de não se tratar de uma revisão bibliográfica, o que se procurou fazer foi tomar determinados autores como “representantes” de determinadas posições entre os estudiosos do campo do Projeto Político-Pedagógico.

Os agrupamentos procuram refletir a percepção de se desenvolver com base nas fontes aqui citadas, circunscritas às “abordagens” identificadas na produção científica.

Considerações Finais

Há aspectos relevantes que precisam ser reconsiderados com maior ênfase, para que se faça avançar a produção científica sobre Projeto político-pedagógico e, conseqüentemente, a atuação do educador no contexto escolar.

Os aspectos são: o processo de sistematização e continuidade; o processo de integração e o potencial dinamizador sobre projeto político-pedagógico.

Um dos pontos apreendidos neste Estado da Arte é que um número significativo de pesquisadores e/ou educadores consideram que o projeto político-pedagógico é um documento escrito, em que os responsáveis apresentam uma proposta de trabalho para melhorar o processo ensino-aprendizagem na escola.

Como exemplos desta posição, podem ser citados: Loureiro, 1999, Oyafuso e Maia (1998), entre outros.

Falta à maioria dos pesquisadores e/ou educadores a visão de que considerar o plano anual da escola seja um primeiro nível de concretização do projeto político-pedagógico e, segundo Canário (1992, p. 93),

“o plano anual da escola se subordina ao projeto político-pedagógico; ao representar um nível mais elevado de conscientização, o plano anual visa diretamente a ação educativa, para a qual traça orientações precisas e modalidades de atuação em consonância com o projeto político-pedagógico”.

Os temas relacionados ao projeto político-pedagógico são, pois, ricos, no sentido de “abrir caminhos” para o desenvolvimento da criticidade

nos educadores e para a conquista da democracia.

O potencial dinamizador do projeto político-pedagógico poderá ser explorado em toda a sua extensão, se for aliado a um trabalho de instrumentação que pretenda inscrever a escola na ordem das mudanças sociais que se impõem na contemporaneidade. Para tal, deve estruturar-se em dois eixos básicos dialeticamente determinantes:

- A intencionalidade política que se pretende imprimir à prática educativa;
- o paradigma epistêmico-conceitual que dá sustentação à organização e a dinâmica curricular, orientando o processo metodológico de construção/veiculação do conhecimento.

A dimensão política expressa-se na interpretação da escola que temos, em processo hermenêutico de resgate da sua historicidade no contexto paradigmático que a determinou, estabelecendo relações com as exigências postas pela sociedade atual.

Cabe então perguntar: Qual é o modelo de escola que se tem? Na ótica de Santiago (1993), tem-se uma instituição fundamentada no paradigma da ciência, positivista, com um currículo linear, compartimentalizado em disciplinas isoladas e conteúdos fragmentados. Tem-se uma estrutura administrativo-burocrática, organizada segundo o modelo Taylorista de organização da produção que, ao legar a divisão social do trabalho à escola, fez do professor um técnico “*treinado*” para o manejo de classe, excluindo-o da tarefa de pensar e planejar a ação educativa na sua dimensão de totalidade.

Neste sentido, a dimensão política de um projeto escolar deve superar as atitudes de denúncia vazias de propostas e muitas vezes mascaradas por questões ideológicas e relações de poder, para assumir, na definição dos fins ético-filosóficos da educação, um novo paradigma teórico-conceitual.

Este novo paradigma impõe a compreensão de que, no âmbito e para além da luta de classes, repensar a organização escolar e o currículo numa dinâmica que ultrapasse a singularidade do domínio cognitivo e a mera instrumentalização para “*saber fazer*” impõe-se, hoje, como elemento ético e necessidade social. Ou seja, a dimensão política de um projeto educativo precisa expressar-se numa opção pedagógica coerente com uma concepção de realidade, de conhecimento, de homem e de sociedade. Concepção esta que, no âmbito da crise paradigmática que se anuncia, deve estar preocupada em resgatar “*o equilíbrio entre a análise fragmentada*

e a síntese simplificadora” (VÁZQUEZ, 1977, p. 263), superando a forma de pensamento e organização do ensino segundo o modelo positivista, no restabelecimento das articulações necessárias entre o específico e o universal, a parte e o todo.

O equilíbrio desejado poderá ocorrer, se a *praxis* escolar estabelecer relação entre conhecimento historicamente produzido, expresso nos conteúdos escolares, o desenvolvimento e uso da tecnologia na sociedade contemporânea, e o mundo da vida, da cultura e do trabalho, onde os homens, em processo interativo de comunicação, organizam-se coletivamente, criando e estruturando regras ético-normativas que constituem a sociedade por elas concebida.

Se se pretende trilhar caminhos de mudança na educação que contribuam para a construção de uma nova hegemonia, é necessário assumir o propósito de atingir a ordem social pela construção de conhecimentos que potencializem a estruturação de novos valores. Isto significa assumir uma postura de transformação radical, pautando as mudanças intra-escolares em concepções de realidade e conhecimento que superem as dicotomias, os dogmatismos e individualismos presentes na organização escolar, para buscar uma forma de pensamento capaz de captar a pluralidade de saber: relações entre sujeitos que se organizam coletivamente e produzem sua existência num mundo permeado de comunicações.

Esta postura, segundo Arena (1995, p.99), aponta para a necessidade de se “*repensar a organização curricular de modo a garantir articulação entre as disciplinas de formação geral e profissionalizantes*”. Portanto, há de levar a uma concepção de currículo que ultrapasse a estrutura linear e compartimentalizada, de disciplinas isoladas e desarticuladas, em atitude dialógica de cooperação permanente entre as diferentes áreas do conhecimento e atividades escolares.

As formas de conceber, planejar e organizar o ensino deverão privilegiar a tematização da realidade facilitando a compreensão do “*mundo da vida*” – cujos componentes estruturais, segundo Habermas (1989), são a cultura, a sociedade e a subjetividade humana – na articulação, que a ação pedagógica deverá fazer, entre o saber popular e o conhecimento científico.

O planejamento do ensino concebido nesta dimensão de tematização da realidade ultrapassa o entendimento de organização metodológica com finalidades especificamente cognitivo-ins-

trumentais para incorporar, na prática cotidiana das ações educativas – permeando conteúdos e relações pedagógicas – elementos éticos, subjetivos e culturais que congregam a sociedade, trazendo o mundo concreto para dentro da escola.

Supõe também que os educadores deverão organizar-se coletivamente para o planejamento curricular e para as atividades de ensino, construindo a identidade do projeto político-pedagógico, no consenso permissível pelas diversidades subjetivas e pelos confrontos necessários à construção de conhecimentos em argumentação democrática. Esta atitude colocará em permanente vigilância teórica, tanto quanto os conteúdos do ensino, as metodologias e as normas administrativas:

- o planejamento e a organização de tempo pedagógico, expresso na forma de calendários e horários que privilegiem o tempo da ação e da reflexão, das atividades individuais das ações coletivas;
- as atividades dos diversos setores da escola, desde os serviços mais simples, como os de limpeza e merenda, até os que têm como função específica apoiar a ação pedagógica, como os serviços de supervisão escolar, orientação educacional, de assistência ao educando, a biblioteca, as associações de pais...;
- as relações de poder, entendidas como formas de organização responsáveis pela estruturação de valores e formação de atitudes coerentes com os fins ético-políticos assumidos na proposta educativa da escola.

A consolidação de relações que integrem, de fato, a escola à comunidade colocará por certo, no espaço da sala de aula, educadores e educandos como interlocutores que confrontam saberes diferentes e que, mediatizados pelo conteúdo de ensino, estabelecem relações entre os fatos e referências do mundo objetivo, as organizações do mundo social e as especificidades do seu mundo pessoal, articulando em reciprocidade e movimento dialético os elementos considerados por Habermas (1989, p. 124) como “*componentes simbólicos do mundo da vida*”.

As questões e diferenças culturais poderão, assim, ser consideradas e interpretadas como “*forma de produção por meio da qual os seres humanos tentam mediar a vida diária, pelo uso da linguagem e de outros recursos materiais*” (GIROUX, 1986, p. 82), tornando-se parte integrante da organização

curricular, das metodologias e dos conteúdos do ensino em projeto coerente onde se articulem: “*os saberes e técnicas da cultura local, os conteúdos da ciência sistematizados nas disciplinas, os recursos das tecnologias de ensino e os procedimentos didáticos*” (MARQUES, 1990, p. 32).

Um projeto político-pedagógico assim concebido indica que a seleção e organização dos conteúdos do ensino deverá ser uma tarefa que congregue todos os professores que atuam na escola, nos diferentes níveis de desenvolvimento do currículo, centrando-se, não na extensão das informações, mas na necessidade de estruturação de conceitos necessários à operação com as informações disponíveis em cada etapa da escolaridade. O que significa dizer que, levando em conta as características biopsicológicas e culturais que caracterizam cada turma ou grupos de alunos, bem como o objetivo específico das disciplinas ou área de estudo, na tematização da realidade objetiva, os conteúdos devem estar referidos aos conceitos básicos que deverão ser formados pela mediação das informações.

Na articulação entre o saber cultural e o conhecimento científico historicamente acumulado e sistematizado, os conteúdos escolares deverão provocar, no educando, as “*desequilibrações*” necessárias a novas buscas e ao estabelecimento de relações que lhe possibilitem interpretar e usar adequadamente a informação, ampliando o seu campo conceitual e, em consequência, suas estruturas cognitivas.

Em outras palavras, poder-se-ia dizer que para o professor é mais importante saber “*para que*” ensina determinado conteúdo do que simplesmente selecionar “*o que*” deverá ensinar. Da mesma forma o posicionamento teórico que define “*o que deverá ensinar*” (informação mediadora) e “*para que*” (conceito a ser formado pelo aluno) aponta também o modo como isto deverá ser feito (metodologia e procedimento didático), articulando planejamento, organização e condução do ensino em processo coerente.

Concluindo, cabe ainda dizer que um projeto político-pedagógico situado no contexto das mudanças que se operam na sociedade contemporânea precisa reinstaurar a escola pela transformação radical das práticas pedagógicas. E para isto é necessário operar com um novo paradigma, com uma nova concepção de conhecimento e uma nova ética, capaz de promover a libertação e a autonomia do homem numa sociedade, cuja perspectiva é de ampliação do uso da tecnologia e do campo da comunicação, operando com novas formas de linguagem e de expressão.

Referências

- ARENA, D. B. Ensino: a bola da vez. In: CIRCUITO PROGRAD, 3., 1995, São Paulo. *Anais ... O projeto pedagógico de seu curso está sendo construído por você?* São Paulo: Pró-Reitoria de Graduação/UNESP, 1995. p. 96-101.
- BRASIL. LDB n. 9.394/96. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, ano 134, n.1248, 1996.
- _____. Ministério da Educação e Cultura. PADES – Programa de Apoio ao Ensino Superior. Brasília, 1993.
- CAMARGO, A. L. C. *O processo de reestruturação da PUCCAMP: contribuição ao projeto pedagógico (1981-1984)*. 1989. 120 fls. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica, Campinas.
- CANÁRIO, R. (Org). *Inovação e projeto educativo de escola*. Lisboa: Educa, 1992.
- FIGUEIRÓ, M. N. D. *Educação sexual no Brasil: Estado da Arte de 1980-1993*. 1995. 119 fls. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.
- GIROUX, H. *Teoria crítica e resistência em educação: para além das teorias da reprodução*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- HABERMAS, J. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- HABERT, N. *A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar*. São Paulo: Ática, 1992. (Princípios, 222).
- HORTA, C. E. R. Conceito de projeto pedagógico na experiência do PADES. *Jornal da ABM*, n. 17, set./out. 1993.
- LOUREIRO, V. R. *Plano de desenvolvimento e projeto pedagógico da escola: contribuições e orientações para elaborar o plano e o projeto da sua escola*. Belém: Graficentro, 1999.
- MARQUES, M. O. Projeto pedagógico: a marca da escola. *Contexto & Educação*, Ijuí, n.18, p. 16-28, abr./jun. 1990.
- OLIVEIRA, M. H. P. de. *A representação social da educação de 1o. grau nas políticas públicas federais no período pós – 1964*. 1989. 185fls. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.
- OYAFUSO, A.; MAIA, E. Projeto pedagógico. In: _____. *Plano escolar: caminho para a autonomia*. Belo Horizonte: CTE, 1998. p. 53-87.
- SANTIAGO, A. R. Projeto político-pedagógico: escola básica e a crise de paradigmas. In: CONFÉRENCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS, 2., 1994. *Anais ...* Ijuí: UNIJUÍ, 1993. p. 597-603.
- SILVA, A. C. B. *Projeto pedagógico: instrumento de gestão e mudança: limites e possibilidades*. 1997. 118fls.Dissertação (Mestrado em Educação) – UNAMA, Belém.
- VÁZQUEZ, A. S. *Filosofia da práxis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

Maria Josefa de Souza Távora

Doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Professora Adjunto da Universidade do Estado do Pará (UEPA)

Recebido em 02/09/2010

Aprovado para publicação em 29/10/2010